

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO JOSÉ SAN-BENTO NA DISCUSSÃO DO ORÇAMENTO REGIONAL PARA 2011

“Celebremos e honremos a Palavra!”

**Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região
Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores
Senhoras Deputadas e Senhores Deputados
Senhoras e Senhores Membros do Governo**

Quero começar por felicitar o Governo pelas propostas de Orçamento e de Plano de Investimento para 2011 que apresenta, hoje aqui, ao Plenário da Assembleia da Região.

O Governo Regional apresenta-nos um Orçamento e um Plano de Investimentos que estabelecem os objectivos certos, as estratégias adequadas e que têm capacidade de responder à difícil conjuntura que decorre dos efeitos da crise financeira internacional.

A análise a estes Documentos revela um Governo determinado em superar as dificuldades e com a ambição de vencer a crise. Demonstra um Executivo realista, consciente das dificuldades e com soluções para os problemas.

Enquanto na generalidade da União Europeia os diferentes países estão a aprovar orçamentos fortemente restritivos. Numa altura em que é imposto a Portugal um Orçamento de austeridade. Nós, aqui nos Açores, estamos perante um Orçamento Regional para 2011 que aposta na protecção social, no apoio às empresas, no investimento e no emprego.

Quantos Países, regiões, ou mesmo autarquias, podem dizer o mesmo na Europa?

Este não é o Orçamento que confirme o pessimismo prematuro da nossa oposição parlamentar.

Este é o Orçamento que necessitamos para 2011!

Um Orçamento que também representa solidariedade, confiança e soluções.

Mas a análise de tão importantes documentos é, também, um momento de perenidade do debate político, de exaltação do confronto de ideias e de afirmação da Democracia.

Este é, de certa forma, o momento da Palavra!

Da Palavra que exprime convicções diferentes e projectos distintos. Da Palavra que esclarece as pessoas e aclara conflitos.

Da Palavra de quem é filha a Liberdade e de que se alimenta a Democracia. Da Palavra que revela a alma do Poeta e que ampara a prosa de quem tem algo de relevante a dizer.

Façamos, por isso, justiça à Palavra!

Celebrems e honremos a Palavra!

Afirmemos bem alto que em liberdade, com respeito e lealdade, nunca há palavras a mais.

Aliás, o que pode haver são convicções a menos, ideias a menos e liderança a menos. É normalmente nestes casos que surge quem defenda a necessidade de palavras a menos.

São presidentes com esta idiossincrasia, que rejeitam a política e amaldiçoam os políticos, que defendem a “asfixia democrática” e se queixam de palavras a mais.

Lembrems-nos sempre que a República cumpre melhor os seus valores aperfeiçoando a democracia interna e isso faz-se, não só mas também, recorrendo à Palavra. A Muitas Palavras.

Em Democracia não há nem pode haver Palavras a mais!

Senhor Presidente da Assembleia
Senhor Presidente do Governo
Senhoras e Senhores Deputados
Senhoras e Senhores Membros do Governo

O Plano Regional anual dos Açores para 2011 desenvolve no seu **Programa 22, Cooperação Externa e Migrações**, o investimento público regional nas áreas: da Cooperação Externa – que trata do aprofundamento da relação com estados e entidades estrangeiras; dos Assuntos Europeus – que abrange a relação com instâncias europeias, organismos de cooperação inter-regional e organizações internacionais; e das Comunidades Açorianas – que apoia os açorianos que vivem no continente, no estrangeiro e as suas associações representativas; O Programa 22 do Plano apoia ainda a integração de comunidades imigrantes que surgiram na Região nos últimos doze anos.

A cooperação externa é uma das áreas em que a Região tem investido com sentido estratégico na prossecução de objectivos ambiciosos. Esta área da governação foi substancialmente reforçada na sequência da última revisão do nosso Estatuto Político Administrativo, aprovada em Janeiro do ano passado. No próximo ano o Governo continuará a aproveitar este novo quadro de oportunidades com vista a reforçar a posição externa da Região.

A defesa dos nossos interesses regionais através da cooperação junto de territórios insulares, regiões ultraperiféricas e territórios com os quais partilhamos a histórica e a cultura, ou interesses económicos ou políticos, é uma prioridade política acertada mas não é tarefa fácil nos dias que correm.

Dar conteúdo prático, por exemplo, aos importantes Acordos assinados com estados da Federação Americana ou do Canadá não está isento de críticas.

Sabemos que estes acordos de relacionamento privilegiado no plano político, suscitam cepticismo em alguns sectores. Quadrantes que não compreendem que o caminho se faz caminhando e que a cooperação política precede, por regra, o estreitamento de relacionamentos económicos, culturais e científicos para os quais estão a ser crescentemente mobilizados parceiros académicos, empresariais e culturais.

Mas pior do que o cepticismo de alguns é a ausência de visão política, a falta de sentido institucional e mesmo a mesquinhez de uns poucos. Políticos que não hesitam em recorrer à mais desenfreada demagogia e em utilizar a mais primária distorção da realidade para, no fundo, vilipendiar a Região ao atacar injustamente quem nos representa, ou de quem nos dignifica no estrangeiro.

Para alguns parece que vale tudo. Até mesmo destruir a cultura de prestígio institucional da representação externa da Região, sujeita até há pouco tempo atrás a um consenso que tinha sido forjado ao longo de todo o percurso histórico da Autonomia Constitucional.

Outro domínio onde os Açores farão uma aposta de fundo são os Assuntos Europeus. Uma área que continuará a merecer, em 2011, uma forte dinâmica ao nível da actuação, da presença e da visibilidade externa da Região Autónoma dos Açores.

É do futuro da Europa que dependerá em larga medida o futuro da nossa Região. É por isso acertada a prioridade atribuída à participação da Região nos processos de influência política, através de consultas públicas, da elaboração e concretização de documentos políticos relacionados com legislação e regulamentação Europeias.

Refira-se ainda a relevância que o Governo pretende conferir à sua futura Presidência da Conferência das RUP, na qual os Açores reforçarão a cooperação com as outras RUP's bem como com outros arquipélagos da Macaronésia, em paralelo com a sensibilização junto das instâncias centrais da Comissão Europeia.

Todas estas intervenções são cruciais para a salvaguarda do nosso desenvolvimento futuro. Possibilitam construir canais de influência e assegurar meios para ultrapassar os nossos constrangimentos estruturais, garantindo o aprofundamento de políticas de coesão, de convergência e de desenvolvimento.

Mas a União Europeia parece viver uma perigosa crise existencial. A maior potência económica europeia é a segunda potência exportadora mundial. A Alemanha está a tornar-se "um país como os outros" o que parece traduzir-se na imposição de regulamentação comunitária em linha com os seus próprios interesses nacionais, numa lógica que se afasta do espírito do projecto Europeu e do Tratado de Lisboa.

Esta nova realidade política, que parece emergir na actual fase de construção da União Europeia, confere às Regiões Ultra Periféricas um papel inesperado de serem um dos legítimos e um dos mais genuínos intérpretes das causas fundacionais do projecto de construção europeia.

Há muitas áreas que mereciam destaque no domínio dos Assuntos Europeus. Os Açores podem orgulhar-se de serem apontados como um exemplo a seguir face ao sucesso de diversas iniciativas desenvolvidas.

Basta referir o sucesso da Programação do “Açores Região Europeia 2010” cujo impacto da sua programação superou largamente as expectativas.

A intervenção governativa nesta área implica também desenvolver acções de sensibilização e consciencialização das temáticas europeias junto dos diferentes agentes políticos, sociais e económicos, bem como junto da população em geral. Estas acções correspondem a trazer a Europa aos Açores.

Podemos também testemunhar a preocupação do Governo em gerar, em todos os Eventos que promove, diversas sinergias que resultem em vantagens para a Região. A promoção de produtos típicos regionais no exterior é apenas um exemplo.

Aliás, a promoção de produtos regionais na Europa, mesmo até em Bruxelas, não é recente. Há quem o queira fazer crer mas essa suposta novidade é bem antiga. Estas iniciativas são de continuidade. A única inovação de certas iniciativas do género é o facto de parecerem ser promovidas no Parlamento Europeu mais para gerar conteúdo informativo na imprensa dos Açores, do que para gerar conteúdo informativo dos Açores na imprensa do Parlamento Europeu.

Mas sejamos justos quanto a este aspecto. O Dr. Casaca fez primeiro. O Dr. Costa Neves fez parecido. E o Dr. Duarte Freitas fez melhor!

Outro domínio onde o Governo propõe para 2011 medidas que registamos com muito agrado é o da política relativa às Comunidades emigradas.

O trabalho desenvolvido pelos Governos do PS nesta área é claramente positivo, facto reconhecido praticamente por todos, creio mesmo que até – imaginem – pelo PPM.

2011 Será mais um ano em que o governo cumprirá o seu programa no que toca ao apoio às Comunidades açorianas e ao aprofundamento do relacionamento institucional com o seu movimento associativo.

Convém, a este propósito, referir que ainda no passado fim-de-semana a importância e a influência das nossas Comunidades foram reconhecidas pelo próprio Presidente Obama, numa declaração proferida no final da cimeira da NATO que decorreu em Lisboa.

Os Açores contam com uma vasta comunidade emigrada espalhada por diversos países e territórios, com uma identidade cultural própria que deve ser cuidada e que vai continuar a merecer a atenção do governo.

Destacamos, neste particular, o apoio à dinamização que o Governo tem dedicado à rede de Casas dos Açores, conferindo-lhes, nos últimos anos, novas valências de entidades prestadoras de serviços à comunidade e de centros promotores da representação de interesses de promoção externa da Região.

Hoje é já possível afirmar que a aposta do Governo de abrir postos da RIAC no estrangeiro, que muitos referiram que seria ilegal, inexequível e mesmo impossível de levar a cabo, é uma realidade objectiva. Já o era em Toronto, e depois do passado dia 16 passou também a ser em Fall River.

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

Atingimos na passada semana a primeira metade desta X Legislatura, que terminará em Novembro de 2012.

Este momento de análise do Orçamento Regional para 2011 é, portanto, um momento especial. Simultaneamente de balanço e de prospectiva.

Dois anos depois já é possível afirmar, ao contrário do que diz a oposição, que não está em causa o governo ter governado mal tendo boas condições para governar bem. O que está verdadeiramente em causa é um governo que governou bem apesar das condições muito adversas que podiam desculpar que governasse mal.

Os socialistas dos Açores não negam as dificuldades nem escondem a realidade. Sabemos que cometemos alguns erros. Algumas das nossas apostas não tiveram o sucesso que desejávamos e isso, naturalmente, suscita algumas interrogações.

Mas quem acredita que exista alguém que nunca tenha dúvidas e que raramente se engane?

Sabemos bem que 2011 será um ano difícil e que a generalidade das famílias passará dificuldades antes de sentirem melhorias significativas.

Esta perspectiva não pode representar, da parte dos cidadãos, indiferença nem dúvida quanto à capacidade de nós, colectivamente, respondermos aos desafios e superarmos as dificuldades.

Esta não é altura para baixar os braços. Nós enquanto sociedade não podemos deixar de acreditar uns nos outros. Os cidadãos nos políticos e os representantes nos representados.

Nós sabemos que o Mundo vive a convalescença da maior crise financeira dos últimos oitenta anos. Mas acreditamos nas condições de desenvolvimento que conseguimos reunir e mobilizar.

Perante as convulsões parlamentares que o país tem passado nos últimos meses, é bom relembrar que nós nos Açores temos condições políticas que conferem governabilidade e estabilidade políticas. Estamos bem resguardados neste aspecto.

Não estando em causa a estabilidade política nos Açores está, todavia, em causa a aprovação de Documentos fundamentais para o nosso futuro.

A sua aprovação constituirá um sinal claro, em tempos difíceis, de ânimo e de confiança enviados aos agentes económicos e sociais.

Este sinal é também um teste à vocação que cada partido quer assumir e representar na construção do futuro dos Açores.

Este, Sr^a.s e Srs Deputados da oposição, é um desafio que paira sobre vós.

Representa o novo sentido de escrutínio que os cidadãos estão a fazer aos seus políticos. As pessoas exigem aos seus representantes a capacidade de desconflitar a vida política e de fazer compromissos. As pessoas exigem-nos a capacidade de sobrepor o sentido de cooperação ao instinto da divergência.

Da nossa parte faremos muito mais do que isso. Continuaremos a trabalhar pelos Açores. A conciliar o desenvolvimento de medidas de fundo para assegurar a sustentabilidade futura da Região, onde haverá naturalmente alguma continuidade, com a necessidade de adoptar medidas temporárias que respondam às adversidades da conjuntura. Dificuldades que passarão e que serão vencidas, não tenhamos dúvidas disso!

Prosseguiremos assim com orgulho, com ânimo e com confiança.

Foi assim que vencemos. É assim que voltaremos a vencer.

Nós acreditamos nos açorianos e no futuro dos Açores. Duns Açores modernos, dinâmicos, reconhecidos e admirados cujo Presidente até já é convidado para a Casa Branca.

Nós não temos razões para temer o futuro!

Disse!

Horta, Sala das Sessões, Quarta-feira, 23 de Novembro de 2010.

PELO GPPS-A

O DEPUTADO: JOSÉ CARLOS SAN-BENTO